



Entre o campo e a cidade: ou, de uma sabedoria desconhecida¹

Between country and city: or, an Unknown wisdom

José Luiz Foureaux de Souza Júnior²

Resumo: o artigo pretende a releitura de duas obras de Eça de Queiroz: o conto “Civilização” e a narrativa de *A cidade e as serras*. Privilegiando a leitura como instrumento de questionamento de sentidos, o artigo levanta dúvidas sobre as leituras até então feitas, a partir da operacionalização do conceito de ambiguidade, no âmbito da Literatura Comparada.

Palavras-chave: Eça de Queiroz, leitura, comparatismo, ambiguidade, discurso

Abstract: the paper aims to re-reading of two works of Eça de Queiroz: “Civilização” and the narrative *A cidade e as serras*. With the emphasis on reading as a tool to challenge the senses, the article raises doubts about the readings hitherto made from the operation of the concept of ambiguity in the context of Comparative Literature.

Keywords: Eça de Queiroz, reading, comparatist, ambiguity, speech

Para José Carlos Barcellos (*In memoriam*),
com saudade.

Será isso a sabedoria? Escrever eruditamente sobre alguns autores bem selecionados, de um passado longínquo ou mais próximo, que chegaram até nós duvidosamente autênticos após séculos de releitura e desgaste, (o que terá sido autêntico?) e sobre os quais já há pouco a dizer de original ou de diferente. Será isso a sabedoria que nos falta, quando nem sequer sabemos por que gostamos do que não gostamos, por que reduzimos a lixo tudo o que tocamos, por que dilapidamos todo o nosso esforço para sobreviver, pagando contas nos supermercados globalizados, de artigos horríveis e utilidade duvidosa... Será isso a sabedoria?

Toda a grande literatura do passado e até do presente será realmente mais valiosa que um detergente para lavar roupa com grânulos azuis, com antigermes, com aditivos para avivar as cores e amaciantes para agradar à pele e perfumes para o prazer do nariz, que

¹ Esse trabalho foi apresentado no II Colóquio Lusófono da Universidade de Viena, 20 a 22 de janeiro de 2010, em Viena, Áustria. Organização: Instituto de Romanística da Universidade de Viena e Instituto Camões. Organizadores: Dra. Kathrin Saringen, Universidade de Viena e Dr. Alcides Murtinheira, Leitor do Instituto Camões.

² Doutor em Literatura Comparada, Professor Adjunto de Literatura Luso-Brasileira, na UFOP; Leitor de Português na Universidade de Zagreb (Croácia) entre 2008 e 2010.

deve ser usado numa máquina com telecomando? Será isso a sabedoria que os gregos não tiveram nem imaginaram?

Ponho de lado uma elegante caneta branca, de bom design, barata e descartável, mas penso numa barroca pena de pato, bem afiada e preparada para escrever, ou numa cânula em bixel para gravar no barro macio os caracteres cuneiformes. Que ganho eu com isso, além duma lembrança do que não vi? Será isso a sabedoria?

(E.M.de Melo e Castro, Politicamente correto, *Discutindo literatura*, ano 1, n.2, São Paulo, 2005, p.18.)

A intenção inicial deste trabalho é proceder à leitura comparativa entre dois textos de Eça de Queiroz: “Civilização” e *A cidade e as serras*. Tal leitura tem como ponto de fuga a indecidibilidade do narrador em ambos os textos. Este aspecto, ainda que porventura veiculado por outras leituras, constitui ponto de articulação interessante para a discussão de certo contexto cultural da terra lusitana: o que se instaura nas letras portuguesas, a partir dos “efeitos” do pensamento e da ação da geração de 70. Neste sentido, releio as duas narrativas, como espaço de articulação de discursos que, por força da atuação do narrador, acabam por se confrontar e estabelecer uma rede de indefinições e contradições, no correr das interpretações mais corriqueiras do texto no conjunto de obra de Eça.

A leitura aqui realizada anuncia um horizonte de expectativas mais alargado. Este, na economia da narrativa realista do autor português, interfere em sua fortuna crítica de maneira a questionar os pressupostos político-ideológicos por detrás do discurso ficcional num sentido muito particular: o de colocar em questão a defesa de um processo de (re)valorização da terra, como uma saída para os impasses que a Modernidade começava a apresentar para a cultura portuguesa, à altura da publicação dos dois textos aqui nomeados. No entanto, problemas que fugiram a meu controle, impediram-me de concluir a comparação como idealizada. O que vai aqui explicitado é a primeira parte do caminho esboçado em projeto, quando da idéia de escrever este texto. Este pequeno trecho da comparação já aponta para as principais redes axiomáticas da leitura pretendida. É um exercício de leitura do celebrado autor português que causa coceiras no cérebro de quem se põe a deslizar a vista sobre suas linhas. Acrescento, ainda, aqui, que a versão dos textos, que aqui compulso,

faz parte do primeiro volume das **Obras de Eça de Queiroz**, coleção editada por Lello & Irmão, editores; na cidade do Porto, sem a indicação da data.

Foi numa quinta-feira, durante os dois primeiros horários de aula. Não fazia frio nem calor. Os alunos estavam costumeiramente desinteressados e a conversa girava em torno da obra de Eça de Queiroz. O tópico específico era a relação da obra deste escritor com a História portuguesa, marcada, naquele século 19, pela Questão Coimbrã. Não havia como despertar mais interesse que o costumeiro. Lembrei-me então de uma observação alheia, que dizia da minha incapacidade de lecionar Literatura Portuguesa, pelo simples fato de que eu gosto de usar vírgulas em abundância. Dei tratos à bola e comecei a falar de proximidades e distâncias no contexto da leitura de um conto de Eça: “Civilização”. O que alimentava a minha falação naquele momento era, exatamente, o fato de que o texto do conto apresenta apenas “parte” de relato que seria desenvolvido num texto mais longo. Este fato, complexo e rico de detalhes, deixava aberta uma brecha por onde um dos alunos, inesperadamente, penetrou. Quando foi comentado o final da narrativa, o estudante levantava a hipótese de que todo um discurso “revolucionário”, desenvolvido pelo ficcionista português no texto do conto, podia ressumar uma ideologia passadista, para não dizer saudosista, o que faria do tópico uma fonte de mais dissensão.

A abordagem do estudante não deixa de transpirar coerência e interesse. Ele dizia que, pelo fato de Jacinto permanecer nas “serras”, deixando, na “cidade”, abismado, o amigo José Fernandes – por conta de sua mudança de comportamento e de compreensão do mundo –, o leitor poderia ser levado a concluir que se tratava de uma narrativa que celebrava o “retorno” à terra, a volta dos valores campesinos, tão causticamente ironizados pelo mesmo escritor de **O primo Basílio** e **A ilustre casa de Ramires**. O que dizer acerca disso? Fiquei prestando atenção, enquanto o estudante falava, e, de repente, tive um *insight*, dei-me conta de que tudo isso não passa de especulação, não a especulação gratuita e superficial, mas outra, que chega a levar o leitor a imaginar a possibilidade de deslindar um mistério, ou encontrar um ponto de fuga definitivo. Fiquei prestando atenção, enquanto tentava

organizar as idéias ouvidas, em diálogo com as minhas, com o intuito incontornável de deixar o raciocínio suficientemente armado e livre para prosseguir com a proposta de discussão. Esse diálogo jamais poderia permanecer surdo...

Antes de tudo, vale a pena situá-la melhor no seu contexto de origem. Observa-se que, para além de uma tipologia em que se polarizassem a cidade e o campo, esta obra apresenta uma discussão sobre possibilidades de direcionamento para a sociedade burguesa, em que o valor supremo é o dinheiro e tudo o que ele pode comprar. Uma solução finissecular foi o Decadentismo. Isso pode ser percebido quando se lê, em certas narrativas de então, uma recusa à vida em sociedade, na tentativa de criar um mundo à parte, regido pela estética e pelo gosto mais refinado: a casa de Jacinto é um exemplo:

Nesse palácio (floridamente chamado o Jasmineiro) que seu pai, também Jacinto, construíra sobre uma honesta casa do século XVII, assoalhada a pinho e branqueada a cal – existia, creio eu, tudo quanto para bem do espírito ou da matéria os homens têm criado, através da incerteza e dor, desde que abandonaram o vale feliz de Septa-Sindu, a Terra das Água Fáceis, o doce país ariano. (QUEIROZ, s/d, p. 744)

A casa constitui um ambiente controlado, em que tudo caminha na direção seguida pelo espírito burguês, mantendo o sujeito português preservado de qualquer contato com a vida social e com as formas comuns de sentir e de agir. Ora, em “Civilização”, o protagonista é um dândi, homem rico, que decide criar ambiente muito diferenciado do “comum dos mortais”. Entretanto, seu caminho não é o isolamento, mas a integração. Assim, Jacinto busca integrar-se completamente no novo mundo burguês, financista e industrial, por intermédio do culto da informação e da técnica modernas. Na mesma medida, ele, por algum tempo, pensará que é pela ciência e pela tecnologia que poderá potencializar mais as suas faculdades espirituais. Jacinto, depois de adquirir todas as novidades do conhecimento e da tecnologia, termina por ficar completamente inapetente – fracassa na consecução do seu objetivo:

Quando Jacinto acabava de se enxugar laboriosamente a toalhas de felpo, de linho, de corda entrançada (para restabelecer a circulação), de seda frouxa (para lustrar a pele) bocejava, com um bocejo cavo e lento.

E era este bocejo, perpétuo e vago, que nos inquietava a nós, seus amigos e filósofos. Que faltava a este homem excelente? (...) E todavia bocejava constantemente, palpava na face com os dedos finos, a palidez e as rugas. Aos trinta anos Jacinto corcovava, como sob um fardo injusto! (...) Era doloroso testemunhar o fastio com que ele, para apontar um endereço, tomava o seu lápis pneumático, a sua pena eléctrica – ou, para avisar o cocheiro, apanhava o tubo telefónico!... Neste mover lento do braço magro, nos vincos que lhe arrepenhavam o nariz, mesmo nos seus silêncios, longos e derreados, se sentia o brado constante que lhe ia na alma: – *Que maçada! Que maçada!* (...) Debalde! Mesmo de explorações tão cativantes como essa, através da moral dos negróides, Jacinto regressava mais murcho, com bocejos mais cavos! (...)

Mas porque rolara assim a tão escura desilusão – o saudável, rico, sereno e intelectual; Jacinto? O velho escudeiro Grilo pretendia que “sua exa. sofria de fartura”! (QUEIROZ, s/d, p. 748-749)

O fastio de Jacinto é sintomático, de tal maneira explícito, que não há o que acrescentar ao que sobre ele já foi dito. O texto de Eça, contudo, não se encerra no momento em que se demonstra a falência do projeto de Jacinto. Trata-se aqui, como se pode ler, de uma história de salvação, com final feliz, desenvolvida em três momentos bem marcados: a vivência do carácter “infernai”, a experiência de redenção e, entre ambas, o momento de purificação, de iniciação numa nova realidade. No que diz respeito à questão ideológica implicada por essa estrutura triádica, diferentemente do que pareciam acreditar alguns dos seus críticos, “Civilização” é um texto cuja atualidade só tem aumentado com o passar do tempo. A idéia de que qualquer crítica à ciência e à tecnologia representa um ponto de vista reacionário e passadista já não faz sentido. Tampouco é sustentável atribuir imediatamente à nostalgia da vida rural – em que sobrevivem valores pré-industriais – uma coloração apenas regressiva.

Nesse quadro, a narrativa de Eça passa por uma nova leitura e valorização. Os discursos que José Fernandes faz, tentando mostrar a Jacinto todos os aspectos negativos da “super civilização”, a que seu amigo sofregamente parece se agarrar, têm a atualidade e o fascínio que não podia ter para os homens de há quatro décadas. Da mesma forma, também o escritório de Jacinto, que recebe e difunde tanta informação inútil, é uma divertida versão oitocentista de uma central de telefonia e informática, antecipando o que hoje sucede já em muitas casas e escritórios, invadidos pela banalidade da comunicação interativa por meio da *internet* e pela profusão de canais de televisão a cabo ou via satélite.

Não existe, nesse texto, uma proposta de recusa completa à civilização e aos seus produtos tecnológicos. Trata-se, antes, de uma recusa à tecnologia (e à cidade, entendida como o lugar de sua produção), enquanto forma de relação com o mundo, enquanto alternativa à vida “natural”. Considerando-se a plausibilidade do horizonte de expectativas aqui estabelecido, é disso que trata a narrativa: da contraposição entre o “natural” e o “artificial” e da necessária absorção de um pelo outro. Daí que na cidade seja o “artificial” que triunfe, absorvendo o “natural”; ao passo que no campo idealizado, que é a serra de Jacinto, a vitória seja do “natural”. Este, uma vez triunfante, pode, sem correr muito risco, absorver aquilo que lhe seja necessário do mundo “artificial”, técnico. Entretanto, embora o sentido geral do enredo seja muito claramente perceptível, é preciso observar que a narrativa se faz por intermédio de um narrador que é também uma personagem importante: José Fernandes. De fato, não é possível ignorar que a representação de Jacinto, bem como dos seus ambientes e idéias, sejam veiculadas e filtradas pelos olhos e pelas palavras desse narrador astuto, que tem uma tese a demonstrar:

Louvado seja Deus! O meu Jacinto estava, enfim, provido de civilização! Subi contente. Na sala nobre, onde o soalho fora composto e esfregado, encontrei uma mesa recoberta de oleado, prateleiras de pinho com louça branca de Barcelos e cadeira de palhinha, orlando as paredes muito caiadas que davam uma frescura de capela nova. (QUEIROZ, s/d, p. 758)

.....

Eu escutava, assombrado, esse Jacinto novíssimo. Era verdadeiramente uma ressurreição no magnífico estilo de Lázaro. Ao *surge et ambula* que lhe tinham sussurrado as águas e os bosques de Torges, ele erguia-se do fundo da cova do Pessimismo, desembaraçava-se das suas casacas de Poole, *et ambulabat*, e começava a ser ditoso. (QUEIROZ, s/d, p. 759)

.....
Como eu observei ao meu Jacinto, na cidade nunca se olham os astros por causa dos candeeiros – que os ofuscam: e nunca se entra por isso numa completa comunhão com o universo. O homem nas capitais pertence à sua casa, ou se o impelem fortes tendências de sociabilidade, ao seu bairro. Tudo o isola e o separa da restante natureza – os prédios obstrutores de seis andares, a fumaça das chaminés, o rolar moroso e grosso dos ônibus, a trama encarceradora da vida urbana... Mas que diferença, num cimo de monte, como Torges. (QUEIROZ, s/d, p. 765)

Os adjetivos falam por si. Não cabe aqui esticar este assunto, inclusive por questões de dimensão argumentativa. No entanto, pode-se ter como seguro que *José Fernandes*, quando bem observado, revela-se um narrador ambíguo: dissimulado quanto ao que sabe e pensa; contraditório, algumas vezes, sempre fascinado pela cidade que, no nível do discurso, renega e combate. Há, sobretudo, um traço importante na personalidade desse narrador – uma ponta de ressentimento que aflora, ora como provincianismo, ora como timidez, frente ao *grand monde* urbano e civilizado. Como é José Fernandes, o narrador, quem defende, desde o começo, a tese de que o enredo acaba por provar, suas intenções e sua caracterização psicológica não podem passar despercebidas ao leitor que quiser obter desse texto inteligente todo o prazer que ele pode propiciar.

O conto é escrito em primeira pessoa por um José Fernandes, personagem secundária, ainda que importante. O narrador centraliza seu interesse na figura de Jacinto, descrevendo-o como um homem extremamente forte e rico, que tem seus proventos recolhidos de Portugal, onde a família possui extensas terras, desde os tempos de D. Dinis, com plantações e produção de vinho, cortiça e oliveira, que lhe rendem bem. José Fernandes é chamado pelo tio e parte para Guiães e, somente após sete anos de vida na

província, retorna e reencontra Jacinto. O narrador observa, com maior atenção, o amigo. Nos raros momentos em que conseguiram passear, confessava ao amigo que o barulho das ruas o incomodava, a multidão o molestava: ele atravessava um período de nítido desencanto. Alguns incidentes contribuíram sobremaneira para afetar o estado de ânimo de Jacinto: o rompimento de um dos tubos da sala de banho, fazendo jorrar água quente por todo o quarto, inundando os tapetes, foi o bastante para aparecer uma pilha de telegramas sobre o acontecido.

Jacinto não “retorna”, quem volta é José Fernandes e, sentindo-se abandonado e entediado, descobre uma porção de fantoches a viver uma vida falsa e mesquinha. Percebeu que os antigos conhecidos eram seres frágeis e vazios, idênticos entre si: massas impessoais, amorfas, feitas para agradar ou desagradar os outros conforme seus interesses. Não suportando a cidade, volta para as serras. Este serrano, que anteriormente valorizava os encantos da civilização, foi tomado pelos mesmos sentimentos de Jacinto e confirmou uma simples verdade: no fundo, reabilitou Eça de Queiroz com o seu Portugal.

Se a ambiguidade do narrador é percebida, não há por que negar ao leitor a dúvida sobre a veracidade de seu discurso, quando da finalização de seu relato. Ou seja, ao voltar ao casarão de Jacinto, percorrendo cinzas, teias de aranha, mofo e ruína, José Fernandes não se decide entre a alegria e a nostalgia. Da mesma forma, quando volta a se encontrar com Jacinto – “civilizadíssimo amigo” – sua reação não deixa entrever clareza e decisão, entre a alegria e o espanto. Das duas posições, ainda que em situações diferentes, pode-se inferir outra ambiguidade: a do discurso revolucionário da geração de 70, da qual o autor era partidário. Claro está que a definição de uma posição definitiva e única não cabe ao papel decifrador do leitor, por equivocadamente que ficaria nesta posição. No entanto, a admissão do fato de que Jacinto havia encontrado a felicidade no campo, tendo, prática e pragmaticamente, esquecido os confortos da modernidade destroçada nas ruínas de seu casarão, pode ser lido como uma lacuna a ser preenchida pelo leitor.

Aqui se fundamenta a presente leitura. Não fosse a verve irônica e a acuidade sarcástica do autor do conto, não haveria como denegar esta outra possibilidade e optar por concordar com certa tradição que define o papel de “revolucionário” por uma renovada visão da nação portuguesa, que valorizasse a “suas coisas” metaforicamente representada pelas “serras” – depois retomada em narrativa inacabada. No entanto, ainda por isso, persiste a dúvida, e não se pode dizer que esta teria sido a “idéia” autoral. Isto porque este “retorno” de certo recalcado faria supor uma perversão narcísica, já apontada por Eduardo Lourenço em ensaio brilhante. Este fato aponta para uma impossibilidade: a de se encerrar a “interpretação” do texto queiroziano por um viés apenas, aquele que certa tradição insiste em utilizar em interpretação que se faz amarra legitimadora.

Agora, algumas considerações acerca da narrativa **A cidade e as serras**. Há quem diga que a leitura das obras de Eça de Queiroz apresenta certa “dificuldade” pela necessidade de reconhecimento dos códigos retóricos, estilísticos, temáticos e ideológicos que estruturam a obra literária, o que não impede que seja feita esta mesma leitura com prazer indizível. **A cidade e as serras**, última narrativa de Eça de Queiroz, cria no leitor uma imediata adesão estética, tal é a sua força de empatia. Por outro lado, também é certo que a linearidade da sua trama romanesca não passa de vertigem, quase miragem. É por isso que se criou um universo inumerável de “teses” acerca desta narrativa. Qualquer delas poderia servir de base para um discurso que se propusesse a instrumentalizar as condições para lhe atribuir um sentido. O caráter dessas “opiniões” – por mais abalizada que seja a leitura apresentada, ela sempre será uma opinião, porque dependente de subjetividade inarredável! – adornam-se de sugestibilidade, levando à dúvida que permanece: será mesmo, *A cidade e as serras*, um romance de tese? Exercitando a técnica do *worm up*, na direção de uma microscópica *brain storm*, gostaria de começar este interregno com uma citação de Vergílio Ferreira, em **Conta corrente**:

Que fazer? Que ler? Que pensar? Tomo *A Cidade e as Serras*, releio pela centésima vez algumas páginas da segunda parte. E um prazer infinito inunda-me na alegria

da serra, no prazer sensório da realidade inventada pela magia da palavra do maior artista dela na nossa literatura. E a cada passo estremeço de uma delícia indizível na “água nevada e luzidia” da fonte, no grande salão em que o ar circulava “como num eirado”, no vinho “seivoso”, no grande salão vazio “como uma sonoridade capitular”. Todo o “estilo” de Eça se nos dirige aos sentidos que vibram não com a realidade conhecida, mas com o prazer que está lá e só na memória se conhece ou na translação dessa realidade que nela vibra e só num sobressalto se conhece como presença oblíqua e incerta. Assim o vinho e a água e tudo o mais é na escrita de Eça que nos sabem maravilhosamente – não no vinho e água que bebemos. Assim o real é insípido e inexpressivo, sem o calor e a expressão que o artista lhe inventa e nos ficam submersos na memória e aí procuramos indistintamente para haver sabor e o mais quando em presença desse real. (FERREIRA, 1975, p. 15)

As palavras de Vergílio Ferreira constituem, sem dúvida, uma espécie de viático que possibilita revisitação cada vez mais apurada às pepitas queirozianas, muitas vezes invisíveis por um trilhar fácil da palavra e das situações criadas. A “tese” da memória, por complexa e igualmente rica, vou deixar de lado. No entanto, há três expressões que me inspiram, na direção do propósito aqui apresentado: “prazer sensório da realidade inventada pela magia da palavra”; “sentidos que vibram não com a realidade conhecida, mas com o prazer que está lá” e “o real é insípido e inexpressivo, sem o calor e a expressão que o artista lhe inventa”. Nos três sintagmas, ainda que retirados de seu contexto original, encontro respaldo para a ambiguidade a que me referi no início. As palavras-chave seriam invenção, prazer e expressão. Com elas, na articulação com as considerações que fiz em relação ao conto “Civilização”, sustenta-se a hipótese dessa palestra, assentada que está sobre a idéia de ambiguidade. Esta, por sua vez, oriunda de leituras talvez um tanto entusiasmadas com os protocolos realistas a que se costuma subscrever a obra de Eça de Queiroz. Aqui, neste segundo passo, apresento a minha tentativa de comparação.

Para começar, sinto que é necessário aludir ao fato de que o texto de **A cidade e as serras** pode ser circunscrito a uma “fase” literária do escritor,

bastante diversa daquela que encontramos em obras como **O crime do Padre Amaro**, **O primo Basílio**, **A capital**, **O Conde d’Abranhos**, ou mesmo, **Os maias**. Neste conjunto de obras, percebe-se a preocupação de Eça em fazer um inquérito à vida portuguesa sua contemporânea, segundo certo protocolo realista, cuja contribuição filosófica, já atestada pela crítica Queiroziana, ainda que tenha se distanciado desses mesmo protocolo, com o resvalar de sua “pena”. Neste sentido, não se pode deixar de destacar o falso acaso que aproxima o universo ficcional de **A cidade e as serras** a uma deliciosa paródia em relação ao romance *A couraça*, da autoria de um psicólogo feminista, de tintas naturalistas um tanto discutíveis.

O primeiro passo em direção ao esclarecimento da já referida ambiguidade se dá aqui: Eça de Queiroz critica o movimento literário oitocentista, a que ele mesmo se aliou durante duas décadas. É o que leva muitos críticos a se enredarem na miragem de uma moralidade demasiado simples, “retratada” pelo discurso ficcional do autor. O argumento aqui é o de que **A cidade e as serras** está, toda ela, empenhada em “ridicularizar o progresso técnico, embora o seu alcance efetivo diga antes respeito à ociosidade endinheirada e ao conceito de civilização como “armazenamento” de comodidades”. Daí a crença de que tal argumentação referenda a idéia de que “na sua última fase, Eça de Queiroz isola as personagens do contexto social-econômico a que na vida real pertencem”. Num salto final, tal argumentação conclui que “todos os problemas são simplificados pela excelente situação monetária do protagonista, que lhe permite usufruir as vantagens da vida rural sem a contrapartida do trabalho e das privações do trabalhador agrícola. Se, de fato, Eça muda de opinião, isso não fica claro através de sua ficção. Ou melhor, não poderia ficar, pelo menos, de maneira tão redutora. Acredito na plausibilidade dos argumentos aqui exemplificados, desde que se modulem as “conclusões”, deixando-as com seu teor de relatividade e aproximação discursiva, variantes indispensáveis de uma leitura que se quer sinceramente “crítica”.

Há quem diga que **A cidade e as serras** não passa de obra reacionária, que nem sequer merece a designação de romance, mas sim dum

conto desenvolvido e alongado. Nesta esteira de raciocínio, acredita-se que, na abordagem crítica desse texto de Eça de Queiroz, está patenteada certa insinceridade, porque o autor não teria trocado Paris por Tormes. Tal idéia leva à outra que diz que o sentimento de paz e edênica felicidade que Tormes derrama na alma de Jacinto é verdadeiro e sincero. Só não é verdadeiro nem sincero o estilo de ficção que Eça utiliza para tornar flagrante o contraste entre o tédio da civilização e os encantos da serra.

Lembrando do que eu disse no início, a dicotomia campo *versus* cidade seria a responsável pelo nivelamento reductor que tal de tipo de argumentação levanta. A meu ver, o que está no fundo e permanece visível é o que eu chamo de ambiguidade. O que meu aluno ressaltou como uma referência subliminar que só a um leitor atento e dedicado, humilde, é dado reconhecer. Atenção, dedicação, humildade, e eu acrescentaria, acuidade: ferramentas necessárias para a elucidação de equações impostas pelo próprio texto literário, mas que, em momento algum, podem ser instrumentalizadas como veículo de explicitação de uma verdade equivocadamente desejada como absoluta e final!

Será que é lícito afirmar que a suposta solução de equilíbrio encontrada – “entreabrir Tormes à Civilização” – só poderia servir para ricos enfatiados, com uma abundância econômica que lhes possibilitasse esse ideal epicurista do gozo da vida do campo? Aliás, não é por acaso que, logo no *incipit* do romance, se diz que Jacinto “tinha cento e nove contos de renda em terras de sementeira, de vinhedo, de cortiça e de olival”. Por isso, Jacinto do Prado Coelho, ao admitir que a atitude que ditou *A cidade e as serras* seria aquela que o escritor propugnava na sua última fase, e que ela corresponderia, de fato, ao que Eça escrevera na **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1895:

Enganados pela ciência, embrulhados nas subtilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construimos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés e por motivo mesmo dessa nova civilização

utilitária se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre! (QUEIROZ, 1895, p. 3)

Reduzir o romance a uma espécie de apologia a um ideal de justiça, a um libelo contra a máquina, porque o mal não estaria nas máquinas, mas sim na mentalidade e na organização social, é cortar as possibilidades de leitura da ironia que as palavras do autor português ecoam. Claro está que a tese que dá a primazia ao campo surge, ainda que muitos digam que de maneira imperfeita, matizada dessa mesma ironia. Parece descabido, então, reduzir ainda mais a leitura do romance, afirmando que se trata de “um livro “datado”, inatual, divertimento dum homem desiludido num cansado fim-de-século (...). Eu diria que cansados estavam os que subscreveram esta argumentação, por superficial, fácil e desviante. Onde é que ficou o argumento da ironia, igualmente chancelado como uma espécie de *ex libris* identitário da escrita de Eça de Queiroz?

De fato não se trata nem de um romance reacionário, como o entendeu Jacinto do Prado Coelho, nem de texto portador de “moralidade demasiado simples”, proposta por António José Saraiva e Óscar Lopes, nem ainda como a revelação de tendências antitéticas do próprio Eça, como o pensou Ernesto Guerra da Cal. Concordo com o argumento de que o romance constitui um caso muito à parte no conjunto da obra narrativa de Eça, devido, sobretudo, à grande ambiguidade plasmada no romance: evidenciada em seu final que, aliás, não é do punho do autor! Por isso, a dicotomia cidade *versus* campo, que a obra parece estabelecer de forma simples e clara, não vai dar consistência à sua “mensagem” de simples exaltação dos valores tradicionais portugueses. Esta seria mais uma das manifestações da miragem interpretativa a que me referi no início.

Efetivamente, pode-se aceitar o fato de que existam elementos reacionários na última obra de Eça. Exemplos disso seriam os diálogos e as descrições do estado de espírito do protagonista e do narrador. Porém, isso seria parte do que se convencionou chamar de sentido global do romance. É necessário lembrar que a leitura busca a conjugação de dois níveis de

articulação discursiva do sentido. O primeiro compreende o que texto virá a ser, ou seja, o texto como processo, como fluir temporal – a dimensão aqui é, sem dúvida, a do respeito e do acatamento da recepção da própria obra ao longo do tempo. O outro será constituído pelo texto ele mesmo, em sua concretude. Precisamente esta materialidade é o elemento que suscita no leitor a necessidade de deslindar os significados recônditos, na maior parte das vezes, só sugeridos e implícitos: razão e justificativa da ambiguidade percebida. Deste ponto de vista, a dinamicidade da conjugação aqui referida não se perde.

Para sustentar meu raciocínio, considero que dois aspectos mais concretos da obra, são interessantes, para não dizer suficientes, quando se toma em consideração a “tese” da ambiguidade. Se José Fernandes não inibe o leitor quando este se sente inclinado a “desconfiar” da relatada “conversão” de Jacinto, se o próprio narrador não é alheio a tal desconfiança, é porque faz, simultaneamente, duas leituras da sua personagem. Uma delas mostra a correspondência entre o regresso físico de Jacinto ao campo: conversão e revisão parcial de valores pessoais e de formas de estar no mundo. A outra leitura é a que o narrador possibilita, quando relata por indícios, sugestões, por rápidos comentários irônicos – como os bocejos de Jacinto, bem no começo da narrativa – que criam correspondência diversa: regresso ao campo – ausência de modificação “ética” do protagonista.

Assim, de posse destas duas balizas de pensamento, poder-se-ia chegar à seguinte conclusão: Jacinto, quanto à sua concepção, é personagem plana, usando terminologia um tanto datada, porém eficaz; personagem destituída de qualquer densidade psicológica. Ou seja, obedece ao determinismo circunstancial, naturalista, sem reações. Será mesmo? Posição como esta, que coloca o protagonista de **A cidade e as Serras** como títere da natureza – inclusive social – espécie de recipiente que contém e apenas opera todos os conhecimentos, sem participar de sua gênese, leva a crer que Jacinto é um sujeito absolutamente passivo, que aceita modelos culturais como norma de vida. Parece um tanto raso demais afirmar isso categoricamente! De fato, o que particulariza a narração de **A cidade e as Serras** é o sentido exemplar da trajetória percorrida por Jacinto, do imenso tédio de Paris à beatitude da vida

simples, o que não chega a ser um vaticínio narrativo. Tal argumento alimenta mais a fogueira da ambiguidade, como a demonstrar que sua “solução”, além de não ser automática, dá consistência à leitura ou às leituras que podem ser feitas dos textos de Eça.

José Fernandes e Jacinto constituem o que se pode chamar de “díptico masculino”. Elementos complementares de uma única “identidade” cultural, por natureza, ambígua! É inegável que as duas personagens se complementam formando, na realidade, a representação de um sujeito único: o português. O uso da expressão “díptico masculino” poderia conduzir o leitor a um equívoco: os dois compõem uma “unidade”, de tal forma inextricável, que nenhuma diferença seria passível de verificação. Isso não se sustenta! Acompanho aqui, o raciocínio de Maria Lúcia Lepecki, quando afirma que:

A quase exagerada movimentação do sujeito da narração, opondo-se à imobilidade do sujeito do narrado, evidencia dissemelhança entre um e outro. Se se tiver em linha de conta que as similitudes também existem, é forçoso constatar a presença de uma dialéctica semelhança/dissemelhança a que corresponderá o movimento alternativo ternura/ironia. Ternas são as relações de José Fernandes com Jacinto. A ironia será a tónica da relação entre o narrador e o leitor. (LEPECKI, 1974, p. 132-133)

Nesta perspectiva, é preciso entender a designação “díptico masculino” como equivalente a “visão em masculino”, isto é, são apenas as personagens José Fernandes e Jacinto as que assumem um papel verdadeiramente efetivo no romance. Todas as outras personagens, quer em Paris, quer nas Serras, não passam, segundo a autora, de figurantes, cuja função é criar ambiente. Esta opinião acarreta outras implicações ainda mais complexas, na medida em que a autora, como fundamentação do seu ponto de vista, estabelece quase que uma dicotomia entre a mundividência da narrativa romântica típica. O olhar homoerótico se coça de vontade de continuar a ler os dois textos. Reservo-me o direito de declinar dessa demanda, por absoluta falta de espaço e tempo. Mas a tentação permanece.

Voltando a cogitar sobre a possibilidade de discutir as condições necessárias para a existência de um romance de tese, percebe-se que, com **A cidade e as serras**, Eça não procurou, através do veículo de ficção, “persuadir” seus leitores para aceitarem a “correção” de uma maneira particular de interpretar o mundo; ainda que esta interpretação acabe por ser inerente ao discurso narrativo que se articula. Nessa direção, considere-se que a ligeireza, o sentido de humor que caracteriza **A cidade e as serras**, torna impossível que se entenda este romance como um romance de tese. A visão do real que se lê na obra é permeada por espírito de tolerância e ambiguidade que não circunscreve um texto monológico, unilateral. Ao contrário, sua “ambiguidade”, alimenta a dinamicidade do relato que oscila entre posições aparentemente radicais. A ausência de espírito excludente na argumentação narrativa faz desta ficção de Eça uma peça interessante para se re-encaminhar certas releituras que ainda são feitas da obra do autor.

A passos largos, na direção do final de minha exposição, enfatizo que a leitura que se apresenta não é, de todo, um libelo contrário à tradição dos estudos Queirozianos. Antes disso, constitui exercício exegético que aponta possibilidades às vezes inesperadas, como já dito, ainda que de forma diferente. Neste trabalho, procurei observar as pegadas daquilo que chamei de ambiguidade, principalmente a partir da construção das personagens e de sua interação ao longo do relato. Claro está que não estou sozinho nessa empreitada. Este caminho já foi trilhado antes. No entanto, nesse “retorno”, certos recalques críticos podem ser destacados, revivificando a leitura dos textos de Eça de Queiroz. Por isso, insisto no fato de que, apesar de não se configurar como protagonista, José Fernandes ocupa um lugar de destaque na narrativa, pois é a partir de suas impressões e relatos dos fatos que se tem conhecimento do que acontece com o personagem protagonista Jacinto. O discurso eclipsado que daí se articula é moto contínuo, a mola propulsora da dicção irônica do autor, bem como fonte desta maquinaria que produz a pressentida ambiguidade, em meio às inumeráveis “teses” que a recepção de Eça tem sustentado.

Com José Fernandes, Eça pôde criar, em sua obra como um todo, uma espécie de ambientação de ironia e de ambiguidade, que contribui para fortalecer a temática de reflexão crítica quanto ao meio social no qual o autor se encontrava. Na linguagem do narrador, dá-se a abertura para “outras perspectivas possíveis do real, eliminando a possibilidade de posicionamentos dogmáticos e/ou monolíticos. Esta denegação produz um dos sustentáculos da narrativa de Eça: a consciência da impossibilidade de atingir certezas. Tal idéia também sustenta o argumento de que Eça de Queiroz, em **A cidade e as serras**, não parece ter almejado apenas a tematização de topos recorrente: contraste entre a cidade e o campo, entre Paris e Lisboa, passando depois para um segundo nível de polarização alegórica: a cidade e a serra portuguesas. Tal idéia, por consequência, não sustenta outro argumento: o da valorização do campo, da serra, reafirmando suas origens e sua natureza harmônica e simples, libelo de um retorno do recalcado sócio-cultural de raízes profundamente históricas, para não dizer praticamente míticas, no âmbito da cultura peninsular e portuguesa.

Na análise interpretativa verbalizada pelo desempenho das personagens, o autor conseguiu, por meio do recurso linguístico da ironia e da ambigüidade, expor de forma velada e implícita toda uma gama de críticas ao modo como a Europa evoluía, exageradamente, sem controle e com margens à futilidade; ao mesmo tempo em que critica Portugal, que se manteve, assim como Jacinto, isolado, fechado em suas particularidades, em sua tradição, acreditando também ter se desenvolvido, sem no entanto apresentar uma visão totalizante do que ocorria no mundo. O tiro saiu pela culatra, ao que parece. Ao produzir esse discurso, o relato de Eça deixa entrever a reverberação, principalmente, da ambiguidade, dado que a “solução” final não se faz sem alguma desconfiança. A cena em que José Fernandes caminha entre os escombros do casarão urbano de Jacinto é tutelar na defesa do argumento do eco da ambiguidade.

Jacinto não mudou, simplesmente, mesmo locomovendo-se e alterando o seu espaço novo, Tormes. Todavia, ele apresenta um aspecto conclusivo, uma certa síntese. Jacinto encontra solução para a sua crise

existencial, adotando uma vida sedentária de *pater familiae* e aristocrata rural nas serras portuguesas. É fato. José Fernandes, ao contrário, divide-se entre dois mundos, os que ele não consegue reconciliar numa síntese à maneira de Jacinto. O equívoco grita: Jacinto consegue mesmo esta síntese? Pelo que aqui foi exposto, tal afirmação faz-se temerária. Comparadas as duas atitudes, conforma-se o tal “eco de ambiguidade” a que me referi. Está ultrapassada a linha imaginária de certa ingenuidade narrativa do autor, como acusam alguns por aí. Tais sentimentos contraditórios, dúbios, acabam por se caracterizar de forma deslocada, ambígua, inconclusa. Uma espécie de castigo de Sísifo: constante tentativa de adaptação ao meio em que se encontra. Que não se leia aqui a defesa da tese de Zola que sustenta todo o arsenal discursivo Naturalista. Claro está que, de certa maneira, há ainda de se ressaltar que Eça acaba por revelar certa decepção em relação às estruturas sociais. Todavia, ele mantém seu rigor atilado para a observação sagaz e cortante, no que diz respeito às implicações sócio-culturais dos costumes que critica, ainda que implícita e/ou ambigualmente!

Infelizmente, para muitas pessoas, continuo perdido entre as vírgulas que já me valeram o epíteto de incompetente. Dado que estou me lembrando de uma passagem didática, de uma discussão nem tão acalorada assim, não posso deixar de lembrar que a dúvida vai persistir. A sombra de um Dom Sebastião mítico, por que de outra natureza não se pode valer sua “identidade” nostálgica, prevalece e sobra uma desejada clareza que, nem mesmo a maior acuidade sintática poderia supor no uso indevido das vírgulas. De mais a mais, a “comunicação” se faz não por explicitar conclusão definitiva, raciocínio acabado, constatação irrefutável. Muito ao contrário, este ato subjetivo e interlocutório, o de comunicar, deve locupletar-se com sua prerrogativa efêmera, passageira, fugaz e transitória: a da leitura! Eça de Queiroz vai continuar causando coceira no cérebro de quem se presta à sua leitura. Que bom para quem assim o fizer!

Bibliografia

FERREIRA, Vergílio. **Conta-Corrente**. Lisboa: Bertrand, 1981.

LEPECKI, Maria Lúcia. **Eça na ambiguidade**. Fundação: Jornal do Fundão. Editora, 1974.

QUEIROZ, Eça de. **A cidade e as serras**. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

_____. **Contos**. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

_____. Uma nota. In: **Gazeta de Notícias**. 1895, 5.